

VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA

Marxismo e pensamento *decolonial*: debates teóricos e consequências políticas¹

Jórisa Danilla N. Aguiar

jdaniilaaguiar@hotmail.com

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, PB, Brasil. Pesquisadora do grupo de estudos PRÁXIS – Estado e luta de classes na América Latina – UFCG/CNPq

Área: Teoria Política

¹ Trabajo preparado para su presentación em el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 a 24 de julio de 2015.

Parte das discussões do presente trabalho foi apresentada na comunicação de minha autoria no Grupo de Trabalho “Pensamento Social Latino-americano” no 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais – ANPOCS (Cf.: AGUIAR, 2014).

Resumo: A colonização e o pensamento europeu foram cruciais à difusão de uma influência intelectual e um colonialismo cultural que, junto com a propriedade privada, marcaram nossa formação econômico social. Em contrapartida, assistimos atualmente ao protagonismo de movimentos sociais que retomam as lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional e pela democracia junto a uma demanda por descolonização pela via democrática. Na esteira dessa reflexão, parte da teoria social e da teoria política latino-americana e seus representantes vêm reivindicando um “*giro decolonial*”, uma demanda que surge pela expansão da teoria pós-colonial e o estudo do “sujeito subalterno”, que tem como base a heterogeneidade. São teorias que ganham força na década de 1990 na América Latina, sendo marcante o lançamento da obra “*Colonialidad y modernidad-racionalidad*”, do peruano Aníbal Quijano. Apresentamos essas teorias em uma dimensão crítica e política, sem esquecer a permanência do processo de divisão do trabalho que polariza duplamente o mundo dentro de uma lógica capitalista. Assim, nos apoiamos na teoria marxista, sem subordiná-la às questões éticas e raciais que encobrem a necessidade de se acabar com essa exploração através da luta política entre classes, retomando as ideias de J. C. Mariátegui, como grande expoente militante-teórico do socialismo latino-americano, referência primeira para a compreensão dos processos históricos e políticos do nosso subcontinente, que nos apresenta em suas obras o papel a ser desenvolvido pelos povos autóctones em busca da revolução social, levando em consideração as especificidades latino-americanas, sem cair no essencialismo ou intelectualismo culturalista.

Introdução

A colonização e o pensamento europeu trouxeram aos povos originários não só a marca da dependência financeira, mas foram cruciais, sobretudo, à expansão de uma influência intelectual e um colonialismo cultural que, junto com a propriedade privada, marcaram nossa formação econômico social assim como inaugurou-se a utilização do conceito raça como instrumento de dominação. A divisão do trabalho imposta junto à nova partilha econômica do mundo determinava também culturalmente as estruturas de dominação sob o capitalismo crescente. Na esteira dessa reflexão, parte da teoria social e da teoria política latino-americana e seus representantes vêm reivindicando um “*giro decolonial*”, uma demanda que surge pela expansão da teoria pós-colonial e o estudo do “sujeito subalterno”, tendo como base a heterogeneidade e que – num sentido gramsciano – segundo Galastri (2014, p. 3), se estende aos conceitos abstratos de “proletariado” e “campesinato”, insuficientes para se “compreender em toda sua natureza e diversidade as lutas de classe na Itália” da época, conforme acontece hoje na América Latina.

São teorias que tomam força no subcontinente na década de 1990, sendo marcante o lançamento da obra “*Colonialidad y modernidad-razionalidad*”, do peruano Aníbal Quijano, como consequência da expansão de outras duas teorias que emergem em decorrência das relações centro periferia: a teoria sistema mundo e a teoria pós-colonial (GRÜNER, 2002). Neste trabalho, fundamentalmente o argumento pós-colonialidade é recuperado em uma dimensão crítica e política, sem ocultar a permanência do processo de divisão do trabalho que polariza o mundo dentro de uma lógica capitalista, mas, entendendo assim como ressaltou Edward Said (1978) que estamos em meio à uma “divisão geográfica imaginária” do mundo.

Descreveremos como se deu a incorporação dos estudos de colonialidade na América Latina, a partir da herança dos estudos subalternos (com Said, Spivak, entre outros), bem como a atual substituição do argumento pós-colonial através do movimento “giro decolonial” defendido por alguns autores do subcontinente. Contudo, a maioria dos autores que reclama uma nova guinada na teoria social e na teoria política latino-americana rechaça o marxismo, entendendo-o como uma teoria homogênea e eurocêntrica. Esse é o argumento que pretendemos problematizar e contestar.

Concluimos retomando as ideias de Mariátegui, como grande expoente militante-teórico do socialismo latino-americano, referência primeira para a compreensão dos processos históricos e políticos do nosso subcontinente, que nos apresenta em suas obras o papel a ser desenvolvido pelos povos autóctones em busca da revolução social, levando em consideração as especificidades latino-americanas, sem cair no essencialismo cultural. Sabemos que a nova colonialidade precisa ser estudada e revista como forma de ser vencida sob os moldes neoliberais. Sem deixar de lado a centralidade da luta de classes, pensando o capitalismo e seu desenvolvimento desigual e combinado, pretendemos fazer crítica também ao eurocentrismo e ao colonialismo no campo científico.

Estudos subalternos, teoria pós-colonial e a América Latina

Iniciando-se principalmente pelos estudos culturais, a teoria pós-colonial, de forma ainda tímida, surge como uma abordagem de análise das tensões resultantes entre o centro e as periferias. Abordando uma quantidade de autores não mais restritos ao

pensamento europeu clássico, sendo incorporados ao leque autores africanos, indianos, paquistaneses, entre outros, como forma de responder a uma demanda e abrir possibilidades dentro do campo da antropologia, da política, dos estudos de gênero, reinventando também as definições em torno da ideia de nativo. São mudanças que afetam várias disciplinas pelo fato de seus “objetos de estudos” terem se tornado sujeitos e, nesse contexto passam a estar situados em diferentes pontos do sistema mundial, atuando na possibilidade de se fazer um “novo momento de reinvenção” dos saberes como acertadamente apontam Ribeiro e Escobar (2012, p. 15).

Destacamos neste trabalho a cumplicidade da grande maioria da cultura ocidental com as atitudes e valores ideológicos da expansão capitalista e as implicações desse processo no saber. Segundo a autora indiana Gayatri Spivak (2008, p. 33), se define uma mudança e a inserção de alguns países através do colonialismo, a uma nova forma de organização de mundo, através de uma “sujeição semifeudal a uma sujeição capitalista”, estando seus estudos aplicados à realidade de seu país. Contudo, conforme apontado por Luciana Ballestrin (2012), intencionamos trazer a América Latina para este debate justamente pelo colonialismo representar o lado obscuro da modernidade, e conseqüentemente, apontar o subcontinente como sociedade colonialista fundacional, onde, pela primeira vez a colonização e o racismo, agiam em favor do capitalismo. Ainda de acordo com a autora, a ideia do colonialismo se refere fundamentalmente à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo.

Neste momento se faz necessário fazer um resgate da teoria pós-colonial, que ganharam foco na década de 80, ainda restrita aos estudos culturais e literários. Fazendo referência às situações de opressão diversas, desvendando o antagonismo entre colonizado e colonizador, o pós-colonialismo, como um movimento político e intelectual interdisciplinar, teve como primeiros interlocutores Albert Memmi, com “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador”, de 1947, Aimé Césaire, com o livro “Discursos sobre o colonialismo”, de 1950, e o mais conhecido Franz Fanon, com “Os condenados da terra”, de 1968². Porém, foi com “Orientalismo”, do palestino Edward Said, lançado em 1978, que se propagou o questionamento do pensamento ocidental, desvendando também suas faces políticas e ideológicas.

Em suas obras, Said se preocupa fundamentalmente em “alargar o campo de discussão”, contextualizando história, cultura e realidade socioeconômica, refletindo a partir de experiências concretas. Em seu mais difundido livro, o autor, que também é um destacado ativista da causa palestina, abre caminhos para se pensar a teoria pós-colonial para além do seu aspecto culturalista, assim como o orientalismo como um movimento científico cujo análogo no mundo da política seria a acumulação e a aquisição colonial do oriente pela Europa (AMADEO, 2009). Faz referência a um novo mundo que se impôs e exigiu atenção, não lhe interessando mais uma posição neutra. Trata-se de um empreendimento revelador porque Said não se apoia em outros autores e possui a autoridade de quem “viveu o campo”, desvendando realidades políticas que geram ações. Oriente e ocidente seriam duas entidades geográficas que refletiriam uma à outra, geralmente dominadas e impregnadas de doutrinas de superioridade europeia, onde dominação, consenso e hegemonia estariam em jogo, num sentido gramsciano dos termos (SAID, 1978). Acrescenta que o mundo pós-moderno trouxe elementos que reforçam os estereótipos pelos quais o Oriente é visto, seria, portanto, uma consequência de uma produção humana orientada para determinados fins do que uma obra da natureza.

² Os autores têm como origem a Tunísia e os dois últimos, a colônia francesa de Martinica, respectivamente (BALLESTRIN, 2012).

Neste contexto se firmou, ainda na década de 70, composto em sua maioria por pensadores do sul-asiático, o Grupo de Estudos Subalternos, tendo como dirigente Ranajit Guha, autor indiano de origem marxista. Porém, o grupo de Estudos Subalternos não estava alinhado ao pensamento marxista ortodoxo, tampouco ao debate socialista que tem como centralidade a luta de classes. A discussão trazida pelos grupos de estudos subalternos reunia estudiosos historiadores de influência gramsciana³ no âmbito do continente asiático, como já mencionamos, tratando das particularidades das sociedades pós-coloniais – pareciam ainda restringidos à Índia, ao Paquistão entre outros locais, deixando de lado a América Latina, que igualmente está sujeita aos ditames hegemônicos de domínio das formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial das ciências, da produção do conhecimento. A base da ideia de um sujeito subalterno seria a heterogeneidade. É um movimento desafiante porque procurar desvendar as identidades a partir das relações de poder, e não somente com relação aos espaços, geograficamente falando. São discussões que ganharam espaço inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, cabendo ressaltar, ainda, que foi com Said, grande precursor e base teórica para o que posteriormente seria a teoria pós-colonial, que a dicotomia entre colonizado e colonizador ganhou novos contornos, desconstruindo fronteiras e se articulando com outros problemas que seu engajamento político lhe permitia evidenciar, como a questão imperialista, dentro do cenário vivenciado pelo autor, que formaram a Palestina, bem como Egito e Líbano.

Na década de 1980 a teoria pós-colonial se expande para além das fronteiras da Índia, principalmente com os escritos e pesquisas de Gayatri Spivak, que ficou conhecida como a primeira tradutora de Derrida e por seu trabalho de caráter desconstrucionista, de base pós-estruturalista, partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais, fundamentalmente Deleuze e Foucault, para “refletir sob a prática discursiva do intelectual pós-colonial” (2010, p. 12). Sua mais conhecida obra, “Poder o subalterno falar?”, carrega no título uma ambivalência por partir da autocrítica do papel do intelectual (muitas vezes o antropólogo) como cúmplice do processo de colonização, questionando a permissão e a capacidade que o sujeito subalterno teria de falar, de se fazer entender, sempre aludindo à questão da representação. A autora descreve, ainda no prefácio, que o termo subalterno corresponde “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Ibid.). Também é muito utilizada para problematizar a questão de gênero, apresentando a situação da mulher subalterna como ainda mais grave, exemplificado em seu livro pelo caso do sacrifício das viúvas na Índia, um ritual denominado *sati*, que pela tradição, torna a mulher propriedade do marido. O indiano Homi Bhabha com a obra “O local da cultura” e o jamaicano Stuart Hall com “Da diáspora” se unem à Spivak nessa expansão da teoria pós-colonial, mais próxima aos estudos culturais e multiculturais.

Justamente pela expansão dessas teorias, na América Latina surge o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, em meados de 1990, sendo marcante a obra “*Colonialidad y modernidad-racionalidad*”, de 1992, do peruano Aníbal Quijano. Os estudiosos da teoria pós-colonial que viviam nos Estados Unidos lançaram um “Manifesto inaugural” do grupo, publicado pela primeira vez em 1995, inserindo a América Latina no debate pós-colonial (BALLESTRIN, 2012, p. 6). De acordo com o Manifesto inaugural, “*Ranjit Guha nos há inspirado a fundar un proyecto similar dedicado al estudio del subalterno en América Latina.*”, tratado-se de “*procesos que*

³ De acordo com Spivak (2010, p. 12), o sentido gramsciano do termo subalterno se dá pela retomada que o autor italiano lhe atribui ao se referir ao “proletariado”, ou seja, “aquele cuja voz não pode ser ouvida”.

invitan a buscar nuevas formas de pensar y de actuar políticamente” (MANIFESTO, 1998, p. 70 apud Ballestrin, 2012). O grupo que discorria sobre as sociedades plurais, inferiorizadas pelo pensamento europeu, exotizada em contraste com as sociedades “desenvolvidas”, tendo como seu grande expoente crítico o argentino Walter Mignolo. Sua perspectiva crítica e divergências o fazem fundar em 1998, o Grupo Modernidade/Colonialidade, e desagregar o grupo latino, alegando que os estudos subalternos não rompem de maneira suficiente com os autores eurocêntricos (MIGNOLO, 2007, p. 14-15). Compõem principalmente o grupo Modernidade/Colonialidade, além de Mignolo: Edgardo Lander (venezuelano), Arthuro Escobar (colombiano), Enrique Dussel (argentino), Fernando Coronil (venezuelano), Immanuel Wallerstein (estadunidense) e Aníbal Quijano (peruano). Edgardo Lander organiza a principal coletânea publicada pelo grupo, que muito nos serve de embasamento teórico para o presente trabalho, “Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”, lançada em 2000 em Buenos Aires e em português pela CLACSO em 2005. Vários desses autores já haviam desenvolvido teorias próprias, como a análise da perspectiva de sistema-mundo⁴ apresentada por Immanuel Wallerstein em 1975. São teorias que merecem críticas, como a própria noção de sistema mundo onde o autor se questiona se “são as classes as únicas unidades operativas na arena social e política”, estando mais próximo conclusivamente das análises de Weber, apontando as classes como apenas mais um aspecto da tríade classe, grupos de status e partidos, deixando por fora a premissa marxista de que a história mundial é a história da luta de classes (Cf.: WALLERSTEIN, 1979, p. 8).

Voltando ao Grupo Colonialidade/Modernidade, fica claro que outras teorias foram incorporadas à formação investigativa do grupo, como a teoria da dependência⁵, tendo os brasileiros Ruy Mauro Marini⁶ e Theotônio dos Santos como grandes propagadores. Alguns conceitos como classe, raça e gênero, no contexto da globalização, ascendem como fundamentais para a formação e renovação analítica apontada como necessária às ciências sociais pelo grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Contudo, percebemos que muitas vezes os próprios membros do grupo (referindo-nos, aqui, à Mignolo e Lander) deixam subentendido que o marxismo seria um pensamento homogêneo e eurocêntrico, onde poucos de seus seguidores, a respeito de José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci, salvariam o marxismo periférico.

⁴ Para atender os objetivos desse trabalho e por delimitação de espaço, simplificamos a noção de sistema-mundo, definida aqui como a interdependência econômica entre regiões que são politicamente e culturalmente distintas, na fase da globalização (ROJAS e AMADEO, 2010). De acordo com Aníbal Quijano (2005), tem relação com processos que se iniciam com a constituição da América, de um novo padrão de poder mundial e da integração dos povos do mundo nesse processo, de um “inteiro e complexo sistema-mundo”, mesmo que para Wallerstein o “momento fundacional da geocultura do sistema mundo moderno” se inicie com a Revolução Francesa (WALLERSTEIN, 1991, apud Mignolo, 2005). Desenvolveremos mais adiante como Quijano se utiliza do conceito sistema mundo para trazer o seu conceito de colonialidade do poder.

⁵ É uma teoria que postula a coexistência de um centro (norteador do desenvolvimento) com uma vasta e diversificada periferia possuidora de um desenvolvimento atravancado por essa relação – geradora da concentração de renda em escala mundial (AGUIAR e SANTOS, 2013).

⁶ Um conceito fundamental apontado por Marini é o subimperialismo, formulado no interior da Teoria Marxista da dependência. Segundo o autor, objetiva a estabilidade da política burguesa local, num contexto de integração ao capitalismo global, aliada ao imperialismo estadunidense. Ainda de acordo com Marini, enquanto países subimperialistas (categoria que possivelmente se adequa ao Brasil) buscam expansão de capitais sobre as economias vizinhas estão tão somente reforçando os laços da dependência e não se tornando autônomos em relação a ela (AGUIAR e SANTOS, 2013). É um conceito que pode ser apresentado como hipótese e que nos trás problematizações relevantes, principalmente no tocante à nossa formação econômico social semi-colonial, sob a qual discorreremos a seguir.

Mignolo, por exemplo, afirma que seria necessária uma fratura com o marxismo, algo que teria sido realizado por Mariátegui que o fez ao promover seu encontro com o legado colonial nos Andes. É uma afirmação que não condiz com as premissas mariáteguianas, visto que o intelectual e militante peruano afirmava em várias de suas obras o não rompimento e a não subordinação do marxismo à questão indígena, exaltando a necessidade da luta de classes, da consciência de classe e de um partido para se chegar à revolução socialista, único modo de transformar qualquer sociedade (MARIÁTEGUI, 2010, 2011). Dentro desse contexto de separação de “antigas teorias” (aqui também incluindo a teoria marxista), os referidos autores latino-americanos sugerem que o mais adequado para a análise da região seria a substituição do argumento pós-colonial pelo movimento “*giro decolonial*”, um termo utilizado primeiramente por Nelson Maldonado Torres em 2005 e depois bastante difundido por Walter Mignolo (BALLESTRIN, 2012, p. 16; CASTRO GOMÉZ e GROSFUGUEL, 2007). É um termo que se insere na lógica do Grupo Modernidade/Colonialidade, aparecendo como seu terceiro elemento, dentro da lógica de inserção do subcontinente no debate sobre colonialidade.

Assim, entendemos como fundamental esse apanhado histórico-teórico que ressalta o legado dos autores pós-coloniais e seus descendentes também no subcontinente latino-americano, mas apresentamos essas teorias em uma dimensão crítica e política, sem esquecer a permanência do processo de divisão do trabalho que polariza duplamente o mundo dentro de uma lógica capitalista. Seria pela questão das fronteiras apenas ou pela questão da classe que se definiriam os sujeitos subalternos?

Os antecedentes do movimento “giro decolonial”

Para um dos seus grandes expoentes, Walter Mignolo (2007), o movimento *decolonial* estaria em marcha desde o momento em que se propõe uma ruptura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como se pensava no Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Luciana Ballestrin nos indica que o pensamento *decolonial* trata de uma elaboração posterior ao que Mignolo teria elaborado como Pensamento Fronteiriço (2012, p. 16, apud Ballestrin, 2012):

El pensamiento fronterizo, desde la perspectiva de la subalternidad colonial, es un pensamiento que no puede ignorar el pensamiento de la modernidad, pero que no puede tampoco subyugarse a él, aunque tal pensamiento moderno sea de izquierda o progresista. El pensamiento fronterizo es el pensamiento que afirma el espacio donde el pensamiento fue negado por el pensamiento de la modernidad, de izquierda o de derecha (Idem, 2003, p. 52).

O projeto acadêmico-político do Grupo M/C se encontra, desde sua formulação, fortemente vinculado ao movimento indígena boliviano e equatoriano e alguns membros também ao Fórum Social Mundial. O objetivo do grupo seria modificar as estruturas de pensamento influenciando fundamentalmente os jovens pesquisadores quanto às particularidades da América Latina, complementando teorias de análise como o sistema mundo e a teoria pós-colonial (CASTRO GOMÉZ e GROSFUGUEL, 2007). Os autores que perfazem o M/C ainda apresentam que o descontentamento da caracterização de “periferia” e “subdesenvolvimento” para tratar dos países e do

subcontinente também impulsionou essa nova guinada prático-teórica do Grupo M/C, pois, como apontam, assim se justificou a subordinação dos Estados-nação pós-coloniais, durante os séculos XIX e XX quando se estabeleceu e expandiu o capital internacional, e que segue se expandindo até os dias de hoje.

Aníbal Quijano (2005) também destaca em seus escritos por que a América Latina desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo:

A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais. (Ibid., p. 232)

Quijano também nos apresenta que as formas de controle do trabalho no capitalismo se dão de maneira particular, para a produção de mercadorias em escala global. Coincidindo com a expansão capitalista, o autor também demonstra que a ideia de raça conferiu legitimidade às relações de dominação impostas através da conquista de nossos povos, particularmente. Assim, antes da colonização da América Latina não se usava a definição “raça”, as diferenças de classe estavam delimitadas economicamente e também por meio de outras subjetividades.

Mignolo (2005, p 73) utiliza a noção de “emergência do circuito comercial do Atlântico” como fundamental para o capitalismo e para a emergência da modernidade/colonialidade. Destaca o impacto que este movimento teve na formação-econômico social latino-americana, se apoiando na ideia de sistema-mundo e incorporando à ela a noção de colonialidade, tema intensamente tratado também por Quijano. Utilizando-se fundamentalmente da dominação cultural e da exclusão de indígenas e outras denominações raciais, Quijano nos aponta que o conceito de “colonialidade no poder” exprime essa nova forma de legitimação das relações de dominação, como divisão racial do trabalho, e a difusão de um aparato educacional uno, europeizado, que legitimariam nossa dependência financeira e intelectual. Isto significou a validação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor. O debate crítico acerca da colonialidade no poder nos dá pistas para esclarecer que a raça – ou a recuperação das identidades na América Latina (índios, negros e mestiços) e a redefinição de outras – não pode ser entendida como único instrumento de dominação.

É uma discussão que segue influenciado por várias vertentes como os estudos pós-coloniais – indianos, asiáticos e africanos –, a teoria da dependência, os debates no subcontinente sobre modernidade e pós-modernidade e, claro, na antropologia com os estudos culturais. Contudo, a colonialidade do poder se debruça sobre as relações de colonialidade nas esferas econômica e política, destacando que essa subordinação não se findou com o desmantelamento do colonialismo clássico e está atrelada à diversas esfera, como o ensino e o saber. Com isso, Quijano anuncia sua dupla pretensão: denunciar a continuidade das formas coloniais de dominação via cultura e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial; e por outro lado, a necessidade da atualização desse debate, que prolonga processos que teriam sido superados na modernidade.

Sobre este debate, iniciado na década de 30, José Carlos Mariátegui, expõe que a visão dominante de mundo se impôs entre os processos civilizatórios diversos não só através da presença cultural, mas também através da exploração dos povos nas relações de produção. A evolução do capitalismo e, conseqüentemente da economia mundial, ordena-se em torno da aceleração na acumulação do capital nos sistemas produtivos e da intensificação do comércio internacional, via expansão da organização social do trabalho e incorporando das demais áreas geográficas à economia. E, desta maneira, a existência de mercados externos cumpriu papel fundamental no processo de acumulação, sendo a América Latina uma peça imprescindível para essa acumulação. Amadeo e Rojas contribuem com o debate afirmando que:

A lógica de acumulação e reprodução do capitalismo enquanto sistema socioeconômico, político e ideológico implica necessariamente a expansão territorial, por ocupação física (colonialismo clássico), dominação político-econômica indireta (imperialismo e neo-colonialismo) ou dominação ideológica-cultural (pós-colonialismo). (AMADEO e ROJAS, 2010, p. 33).

O debate apresentado por Immanuel Wallerstein e seu conceito de sistema mundo nos abre um leque de análise para se questionar as relações de poder e o capitalismo eurocêntrico. Assim os saberes modernos hegemônicos do Ocidente foram “submetidos a uma ampla crítica nas últimas décadas denunciando seu caráter eurocêntrico e colonial”, como indica Lander (2005). São reflexões que demonstram que as ciências têm sido funcionais a essa polarização de mundo e que as formas de dominação que surgiram no processo de colonização europeu continuam atuando até os dias de hoje, na era pós-colonial. Nessa dimensão crítica, acontece uma “conformação histórica de uma subjetividade colonialista por meio da cultura” que não desaparece (AMADEO, 2009, p. 3).

Faz-se fundamental ressaltar, ainda, que Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p 15) apresentam que existem oposições entre alguns discursos e práticas que no Grupo M/C se encontram, bebendo em outras fontes para além da América Latina, conforme apontam:

(...) algunos investigadores de la teoría poscolonial anglosajona, como Gayatri Spivak (1988), reconocen la importancia de la división internacional del trabajo como constitutiva del sistema capitalista, mientras que otros investigadores del sistema-mundo, como Immanuel Wallerstein (1991a, 1991b), reconocen la importancia de los discursos racistas y sexistas como inherentes al capitalismo histórico. (Ibid.)

Voltando a apresentar as ideias e a autenticidade de Mariátegui, é importante ressaltar que o autor – sem cair num romanticismo do qual era criticado, num culturalismo autóctones, tampouco em uma perspectiva eurocentrista – defende a reconstrução peruana sobre a base do índio:

Os indigenistas revolucionários, em vez de um platônico amor ao passado incaico, manifestam uma ativa e concreta solidariedade com o índio de hoje. Este indigenismo não sonha com utópicas restaurações. Considera o passado como uma raiz, mas não como um programa. Sua concepção da história e de seus fenômenos é realista e moderna. Não ignora nem esquece nenhum dos fatos históricos que, nestes quatro séculos,

modificaram, com a realidade do Peru, a realidade do mundo (MARIÁTEGUI, 1925, *tradução livre*, apud Carvalho e Aguiar, p. 115, 2013)

Também não atribuiu a alguma burguesia nacional latino-americana a tarefa de uma revolução de qualquer tipo, burguesa, nacionalista, apoiado nos preceitos marxistas e influenciado pelo debate na época e em consonância com os quatro congressos da Internacional Comunista IC. Foi exatamente no IV Congresso da IC que foram aprovadas também as “Teses gerais sobre a questão do Oriente” que diziam que a frente única proletária seria aplicável aos países imperialistas, enquanto a frente única antiimperialista seria adequada aos demais. Carvalho e Aguiar (Ibid.) apontam que “a agudização da crise política e econômica pós-guerra levava a uma intensificação da luta contra o jugo imperialista nos países coloniais e semicoloniais”. E acrescentam:

O progresso constante das forças produtivas autóctones nas colônias encontra-se em contradição irreduzível com os interesses do capitalismo mundial, pois a essência do imperialismo implica a utilização da diferença de nível existente no desenvolvimento das forças produtivas dos diversos setores da economia mundial, com o objetivo de assegurar a totalidade da mais-valia monopolizada (LOS QUATRO, 1973, p. 224, *tradução livre*, apud CARVALHO e AGUIAR, 2013, p. 111).

Ainda para as autoras “os diferentes movimentos nacionalistas revolucionários expressavam diversos níveis de transição, nas colônias e semicolônias, entre correlações feudais, feudais-patriarcais e capitalistas” (Ibid. p. 111, 112). No capítulo nevrálgico dos “*Sete ensaios da realidade peruanas*” de título “O problema da terra”, apontou a estreiteza da relação que o homem índio possui com a terra e a natureza, demonstrando que foi através dessa relação e de sua expropriação que se produziam as relações de exploração no trabalho, essa sim, condição fundante para a desigualdade e que determinou as particularidades da formação econômico social do Peru e da América Latina. A articulação entre a teoria e a prática revolucionária e o vivo testemunho histórico foram o terreno onde se desenvolveu sua convicção no marxismo. Seu propósito era unir a tarefa de compreender a realidade peruana, contribuir para a organização do proletariado como classe consciente e impulsionar as lutas indígenas e camponesas em unidade com o programa socialista, diferenciando-se claramente da estratégia policlassista tomada por seu principal opositor, o também peruano Haya de la Torre⁷.

Almeida (2010) nos indica como Mariátegui foi incisivo ao indicar o “lugar necessário” e decisivo da “comunidade indígena na trajetória de toda revolução socialista nessas terras”, em uma alternativa socialista, sem tender ao essencialismo latino-americano que subordina sua luta ao oferecimento de “iguais” oportunidades aos

⁷ Em 1926, Mariátegui aceita o convite de Haya de La Torre para participar da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), fundada em 1924 e concebida como uma espécie de frente única antiimperialista. Contudo, a partir de sua participação no I Congresso Mundial Antiimperialista, em 1927, em Bruxelas, Haya de la Torre define-se como avesso ao comunismo e transforma, em 1928, a APRA em um partido policlassista, sob a direção da pequena burguesia. O “revolucionário da ordem” junto com o aprismo desenvolveu contradições que negavam até mesmo suas promessas de não se submeter ao imperialismo norte-americano (CARVALHO e AGUIAR, 2013; FERREIRA, 1971). Para maiores esclarecimentos sobre o debate peruano com consequências políticas mundiais entre Mariátegui e Haya de la Torre, ver: Mariátegui (2010, 2011), bem como as referências já citadas nesta nota.

índios, como previa, também, a igualdade no liberalismo. É certo que em tempos de globalização se tem produzido a maior concentração até hoje historicamente conhecida do controle mundial do poder. Desta forma, é preciso entender que o grande problema está pautado nas relações econômicas com reflexos na política, visto que tratam-se de processos imbricados, pois o regime de propriedade que nos foi imposto determinou a estrutura de classe que predomina até os dias de hoje, fato que demonstra que não se pode descartar ou superar o marxismo e a luta política como instrumentos transformadores da sociedade, mesmo com as particularidades existente na formação econômico-social do subcontinente. Trata-se de uma herança que é heterogênea, ao contrário do que a hegemonia e o pós-modernismo pretendem e disseminam inclusive na academia. Conforme afirma Quijano, “seguimos sendo o que não somos” e assim a identificação dos nossos verdadeiros problemas resulta prejudicada, assim como sua resolução, sempre parcial (2005, p. 255). Assim, analisando os exemplos históricos, a tarefa socialista trata de superar a ideia de construção do “moderno Estado-nação”, que até pouco tempo em muitos países não era nem democrático, quicá independente nas sociedades coloniais.

Eurocentrismo e as implicações no saber

O controle das ciências, do saber e da difusão intelectual desempenham um papel fundamental junto à dominação econômica exercida pelos centros imperialistas, apreendendo uma intersubjetividade no processo de dominação que atualmente se desenvolve no meio acadêmico através da fragmentação do saber e do abandono da perspectiva histórica para dar lugar à uma reorganização pós-moderna do meio científico, aparente, de renúncia à uma perspectiva dialética e de totalidade. Na esteira desta reflexão, chamamos ao diálogo o economista Nildo Ouriques (2011, 2014), que nos dá pistas para entender a raiz do problema do desenvolvimento da teoria social e política no Brasil, arraigada a uma tradição eurocêntrica, a um figurino francês – como anuncia no título de sua mais recente obra. O autor explicita a abolição de forma sistemática do projeto mais importante das ciências sociais na América Latina por parte da academia brasileira e que traria reflexos importantes, tanto na formação acadêmica como política: a “reflexão programática sobre o subdesenvolvimento e a dependência”, temas discutidos em outros países, inclusive por teóricos brasileiros. Estabelecia-se, desta maneira, o desencontro entre a produção universitária e a realidade nacional, inserida no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial. Ouriques afirma que, depois da ditadura no Brasil, enquanto em toda a América Latina se discutia fundamentalmente o tema da dependência, a universidade brasileira adentrava na vertente modernizante europeia e bania temas caros e necessários para o entendimento da realidade latino-americana, como o subdesenvolvimento e a dependência. São teses amplamente trabalhadas por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, entre outros, formuladas no interior da teoria marxista da dependência, em contraposição às teorias do desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, surgidas nas décadas de 1960/70, no auge da crise provocada pela inviabilidade do projeto desenvolvimentista criado pela Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL.

Não se volta atrás no que diz respeito à continuidade da integração do Brasil ao capitalismo internacional, demonstrando sua realidade de dependência. Francisco de Oliveira (2007) destaca o continuísmo do “desenvolvimento dependente”, mas com um toque de consenso social, difundido principalmente pela mídia e pelo ensino. Após a

consolidação democrática, tomou-se os espaços que seriam dos movimentos sociais e de partidos e organizações contra-hegemônicas, através do distanciamento da população da atividade política e da concomitante influência de importantes organizações na difusão da pedagogia da hegemonia, como a Fundação Getúlio Vargas – FGV, no meio empresarial, e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE nos espaços de luta com demanda democrática, travando uma batalha de ideias junto da prática política a favor da hegemonia do capital. Os propagadores da pedagogia da hegemonia, que simplificam essas mensagens ideológicas principalmente na atividade acadêmica, difundem uma lógica própria da filosofia europeia e estadunidense, influenciando decisivamente os intelectuais que se formam na “periferia do sistema capitalista”. Apaga-se o entendimento de toda uma acumulação social, histórica, econômica e científica necessária para que chegássemos a esse tempo de globalização, de mundialização – que não é um tempo único, mas resultado de um processo antigo, construído para atender às necessidades de reprodução capitalista, desde a colonização como expansão do mercado mundial.

A acumulação capitalista e o consentimento popular andam lado a lado como estratégia de domínio atual através de uma ideologia universal. Incluindo decisivamente a América Latina, o Estado desempenha seu papel clássico de defender as condições gerais que permitem a expansão do capital, gerindo uma sociabilidade adequada, numa democracia vivida de forma passiva e restrita ao momento das eleições. Os cidadãos e intelectuais preparados pelas instituições de ensino públicas de hoje – desde a formação primária até a pós-graduação – estão fadados à propagação do consenso da sociedade para o plano hegemônico de educação, num sentido gramsciano dos termos.

Nosso debate está vinculado à ideia de que a constituição da nova sociedade e do novo homem, numa perspectiva contra-hegemônica, implica uma transformação para uma nova estrutura econômica, nova organização política e também uma nova orientação ideológica e cultural, que conscientemente renunciaria ao modelo padrão acadêmico internacional de pesquisa que hoje domina a universidade brasileira. Essa reflexão recupera uma preocupação já trazida por alguns marxistas latino-americanos, a exemplo de Mariátegui e do boliviano Guilermo Lora, que apontavam a significação social da reforma universitária no subcontinente e a necessidade de recusa do eurocentrismo dominante nas ciências, que legitima o capitalismo como uma inevitável construção da histórica e como consequência de possíveis leis da evolução humana, obscurecendo sua realidade e suas relações de produção e exploração.

Também na obra “*Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*”, Mariátegui dedica um capítulo para travar uma importante discussão acerca da educação pública, demonstrando como as universidades da América Latina estavam sob os domínios das oligarquias e sua clientela, fato que apenas se redefiniu historicamente, já que hoje ainda se encontram fadadas à burocratização e à estratificação conservadora. O autor destaca, todavia, que a herança colonial trazia como consequência não só uma “herança psicológica e intelectual”, mas se identificava antes de tudo com uma herança econômica e social, estando o privilégio da educação associado ao privilégio da riqueza e da casta, o que fazia automaticamente com que os indígenas não fizessem parte desta camada distinta. É nesse aspecto que Mariátegui se antecipa e se destaca em meio aos autores com quem debatemos contemporaneamente, por ir até a raiz do problema da sociedade capitalista, sem romantizar o papel dos povos autóctones em busca de uma transformação social. Conhecedor das lutas e do movimento estudantil latino-americano, indicava também a necessidade de ataque à “docência oligárquica” e ao “preenchimento arbitrário das cátedras”, assim como a importância da intervenção dos estudantes na direção das universidades, em favor do estabelecimento de cátedras e de

assistência livres. Destaca, por conseguinte, que se trata de “reivindicações dialéticas”, por partirem das lições reais e concretas da ação estudantil ([1928] 2010, p. 137-138).

O movimento estudantil na América Latina, que se iniciou em 1918 com a luta dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade, assinala o nascimento da nova geração latino-americana. E fez com que a agitação posterior em outros países latino-americanos em suas respectivas universidades fosse crescente. Não se tratando de um movimento restrito à universidade, por partir da ideologia e inspiração revolucionária da revolução russa, a greve geral iniciada pelos estudantes da cidade argentina de Córdoba contra a aristocracia continha fundamentalmente três reivindicações: a participação dos estudantes no governo das universidades, a inserção dos povos latino-americanos e sua história na mesma, e a modernização do sistema universitário, onde o corpo docente não tinha representação, não se renovava e carecia de liberdade de cátedra. Partia-se do pleno conhecimento da realidade local e regional, para se construir a partir de um vínculo dialético uma filosofia capaz de oferecer-se como arma intelectual ao proletariado. Falamos em uma reforma que perpassa pelo âmbito da filosofia porque, é precisamente nessas classes médias que se encontra a conexão com seu papel na história. Conforme afirmava Marx na “*Crítica à filosofia do direito de Hegel*”, a filosofia encontraria no proletariado suas armas materiais, enquanto o proletariado encontraria na filosofia suas armas intelectuais. Mariátegui, enquanto intelectual e militante, assinalava que uma grande iniciativa histórica, como uma missão do proletariado, só é possível se, mediante um “largo e árduo trabalho educativo de suas vanguardas”, forem superados os elementos dissolventes e ultrapassadas as reivindicações imediatas, tais como se deram alguns embargos da revolução estudantil de Córdoba, a exemplo da falta de direção e autonomia.

Já Guillermo Lora ([1980] 2005), alguns anos depois, ao escrever sobre autonomia e reforma universitária em seu livro “*Problemas de la Reforma Universitaria*”, indica a imprescindibilidade da construção de um programa revolucionário para o movimento estudantil, assimilando a experiência de seu país de origem e o movimento estudantil de 1928 na Bolívia, influência que fez-se presente através do Peru e das figuras de Mariátegui e Haya de la Torre e das universidades populares Gonzáles Prada. Desenvolvia a ideia de que a universidade, como fenômeno social e histórico e produto dinâmico da sociedade dividida em classes antagônicas, não podia desenvolver, junto ao seu corpo docente e discente, uma política independente de classe, se fazendo fundamental trazer o proletariado para o corpo universitário e direção, forjando-a conforme seus próprios interesses revolucionários, que coincidiam com os interesses da nação oprimida pelo imperialismo. Na Bolívia, onde as manifestações juvenis procuravam seguir de acordo com o programa da revolução encabeçada pela classe operária, inspiradas nas concepções tradicionais do bolchevismo, pleiteando a necessidade da liberdade do ensino superior em relação ao governo central, indo de encontro à conveniência dos donos dos meios de produção. Os jovens estudantes de 1928, de cujo seio derivaram importantes líderes de esquerda, demonstra também o que pode acontecer no campo da cultura a uma universidade de um país que se desenvolve com atraso, proclamando, de maneira oscilante, também por reformas de ordem feudal-burguesa, de acordo com Lora. O programa da Federação Universitária Boliviana – FUB, formulado no interior do congresso de 1928, seria, muito em breve, esquecido inclusive por seus formuladores.

Se alinhando a este debate acompanhando o desenvolvimento do eurocentrismo dominante também no campo científico latino-americano contemporâneo, resultante das características das relações ideológicas e culturais de dominação, Nildo Ouriques, de maneira acertada conclui, que – principalmente no Brasil – a produção intelectual de

autores provenientes da América Latina é profundamente desconhecida. O autor indica que o sociólogo e político brasileiro Alberto Guerreiro Ramos foi um dos primeiros no país a atentar para a necessidade de que toda reflexão sobre outros países teria de ser subsidiária ao conhecimento e experiência nacional e regional, não se trata de desconsiderar os clássicos e cânones da teoria social, mas, utiliza-los para além da função do academicismo pela sua mera reprodução, desconhecendo a contribuição política dos autores latino-americanos. A universidade, assim, vem sendo limitada a reproduzir sem a interlocução nacional, regional. Este processo, ainda de acordo com Ouriques, não é novo, e a própria criação das principais universidades do país como a Universidade de São Paulo – USP e da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, foram fundadas no seio da elite paulista, representativa como burguesia interna desde os tempos da república, mantendo desde sua fundação um caráter anti-nacionalista, contra a emergência do povo na história. O colonialismo expresso no meio acadêmico encara essa transposição teórica de autores provenientes da academia francesa como “missão civilizatória”, estando esses intelectuais com a tarefa de nos ensinar a pensar. Até os dias de hoje, as linhas de financiamento contidas na universidade não admitem a liberdade de cátedra dos acadêmicos e os submetem à uma razão de Estado por meio de bolsas e subsídios financeiros que não lhe permitem exercer plenamente sua liberdade intelectual.

É importante também destacar que o movimento giro decolonial reivindica uma guinada teórico-metodológica nas ciências, refutando a ideia weberiana de neutralidade científica. São ideias apresentadas fundamentalmente pelo movimento filosofia da libertação e colonialidade do poder/saber que tem como expoentes Enrique Dussel e Aníbal Quijano, correntes de pensamento que partem do giro epistemológico e que não seguiram ao lado da pós modernidade questionando o sistema do método e apontando de forma clara a necessidade do pensamento latino-americano ter como ponto de partida o oprimido.

Conclusões: a necessidade de se romper com o colonialismo e o eurocentrismo em suas diversas significações

A teoria pós-colonial, que, com alguns elementos foucaultianos estudam e permeiam a discussão epistemológica exacerbam o culturalismo e por vezes a linguística, e neste aspecto merece críticas. Concordamos que a subjetividade colonialista que se utiliza da cultura não se findou com o colonialismo, assim como pressupõem os teóricos pós-coloniais, mas não coincidimos com a premissa de que esta seja condição primeira da persistência de nossa subordinação.

Mariátegui é o primeiro a realizar a ruptura entre o entendimento do fator “raça” e o “fator classe”, a partir do conhecimento da história, da economia e tradições de luta dos oprimidos. Apontava que o problema do índio não poderia estar restrito ao aspecto cultural, como hoje algumas correntes (incluindo os autores pós-coloniais) pretendem sublinhar. A subordinação do marxismo à questões éticas e raciais encobrem justamente a necessidade de se acabar com essa exploração através da luta política entre classes. Estudar esses processos e trazê-los para o debate contemporâneo é relevante, entre outros aspectos, por nos permitir diferenciar uma proposta antiimperialista de uma proposta socialista. Quando as lutas antiimperialistas ou anticolonialistas não avançam rumo ao socialismo acabam se aliando ao imperialismo, por buscar aliar os setores subordinados com alguma fração burguesa. Para Mariátegui, não bastava declarar-se antiimperialista, era preciso organizar político e teoricamente operários e camponeses

contra a burguesia estrangeira e local, uma incorporação do marxismo à realidade latino-americana, sem subordiná-lo ao essencialismo indígena, apesar de encontrar no índio o aliado camponês na luta contra-hegemônica (2011). Uma luta que se estendia para além das imposições culturais, ia de encontro – em seu momento de análise – à ampliação dos latifúndios inclusive pela nova classe governante, depois de instaurada a república, com todas as consequências políticas que trazia.

Quijano, por sua vez, destaca que o saqueio colonial europeu da América Latina possibilitou o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais.

Também concordamos com o apontamento crítico de Grüner sobre a validade e pertinência que as novidades teórico-metodológicas que são a teoria pós-colonial e a teoria sistema mundo apresentam para com a América Latina. De acordo com o autor, trata-se de problematizar sua “dupla pertinência”, já que assume um compromisso ideológico com os oprimidos, especialmente os ‘periféricos’, contudo sem perder a visão da mundialização do sistema capitalista (GRÜNER, 2002). A teoria pós-colonial, frente a uma tentativa de opor-se ao estruturalismo, acaba formando uma posição igualmente estruturalista e culturalista, exaltando uma discussão epistemológica por fora da luta de classes, enquanto a teoria sistema mundo adota um ponto de vista mais rígido da economia, sociedade e política mundiais.

Faz-se fundamental despertar no terreno político a aliança entre teoria e prática, trazendo aos espaços de debate temas caros quando se trata de América Latina como descolonização, autonomia e plurinacionalidade, retomando os estudos do processo de dominação e reprodução do subdesenvolvimento, recusando o europeísmo e dependentismo intelectual que permeiam a comunidade acadêmica hegemônica e que são tão úteis à estabilidade burguesa. É relevante destacar que mesmo que a América Latina tenha despontado nas últimas décadas na luta contra-hegemônica, marcando um novo período histórico na luta pelo poder e ao mesmo tempo contra o poder, faz-se necessário resgatar o marxismo e não superá-lo, pois só na luta política se pode responder às crises inerentes ao capitalismo sempre em expansão. Desde um traslado de instituições feudais para um continente que não era feudal, a latino-américa tem sido alvo da imposição de uma modernização inconsistente, a um tipo de evolucionismo que dissemina não mais que a igualdade legal e civil para pessoas desiguais dentro do processo de reprodução capitalista. A globalização, que agora não é mais só econômica, mas também ideológica e cultural, é característica, necessária e específica do modo de produção capitalista num estágio “moderno”. O deslocamento da análise de classe em nada contribui para que se interrompa o processo de colonialidade. É preciso explicar via luta de classes, como somente a teoria marxista propôs, a quem serviu a colonização, a escravidão, se não aos interesses de expansão do capitalismo/liberalismo.

Referências

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Nacionalismo e antiimperialismo em um texto de Mariátegui*. IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/14_lucioflavioalmeida.pdf>.

AGUIAR, J. D. N. *O debate colonialismo e eurocentrismo e a centralidade da luta de classes na América Latina*. 38º Encontro Anual da Anpocs: Caxambú, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9072&Itemid=456>.

AGUIAR, J. D. N.; SANTOS, J. Freire dos. *Neodesenvolvimentismo brasileiro e subimperialismo na América Latina*. XII Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Humanidades: Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

AMADEO, Javier. *Marxismo e teoria pós-colonialidade*. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. IFCH - UNICAMP: São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt7/Mesa3/marxismo-e-teoria-pos-colonial.pdf>>.

AMADEO, Javier. ROJAS, Gonzalo. *Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema mundo*. Revista Lutas Sociais. São Paulo: NEILS. Nº 25-26 (p. 29-43). 2010.

BALLESTRIN, Luciana. *O Giro Decolonial e a América Latina*. 36º Encontro Anual da Anpocs: Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8321&Itemid=217>.

CARVALHO, Soraia de; AGUIAR, J. D. N. Mariátegui e as táticas de frente única. In: *Revista Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS. Vol. 17 Nº 30 (p. 108-122). 2013.

CASTRO GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>>

DE OLIVEIRA, Francisco. *Hegemonia às avessas*. 2007. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/chicooliveira040207.pdf>>.

FERREIRA, Oliveiros. *Nossa America: Indo America*. A ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1971.

GALASTRI, Leandro. *Classes sociais e grupos subalternos*. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, nº 39, 2014, pp. 35-56.

GRÜNER, Eduardo. *El fin de las pequeñas historias*. De los estudios culturales al retorno (imposible) de lo trágico. Buenos Aires: Paidós, 2002.

LORA, Guillermo. *Autonomia e reforma universitária*. Documentos. Edições Massas, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaios de Interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

_____. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. Castro Gómez, Santiago; Grosfoguel, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>>

OURIQUES, Nildo. O colapso do figurino francês. Crítica às ciências sociais no Brasil. Florianópolis: Insular, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Gustavo L.; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Antropologias Mundiais*. Transformações da disciplina em sistemas de poder. Brasília: Editora UNB, 2012.

SAID, Edward. O Orientalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SPIVAK, Gayatri C. Estudios de la Subalternidad. In: *Estudios postcoloniales*. Ensayos fundamentales. 2008. Disponível em: <http://www.oozebap.org/biblio/pdf/estudios_postcoloniales.pdf>.

_____. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Siglo Veintiuno Editores: México, 1979.